

REQUERIMENTO

(Da Sra. Ana Arraes)

Requer ao Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados formação de Grupo de Trabalho para tratar da suspensão dos pagamentos, dos juros e da inserção dos devedores em instituições de registro de crédito referente aos habitantes das cidades atingidas pelas cheias.

Senhor Presidente:

Requeiro Formação de Grupo de Trabalho para defender os interesses sociais e individuais dos habitantes das cidades atingidas pela cheia em Pernambuco, nos termos dos Art 170 , inciso V; Art. 173, § 5º e Art. 174 da CF/88.

As instituições privadas e concessionárias estatais, credoras dos habitantes das cidades devastadas pela cheia, ainda não estão considerando a impossibilidade de liquidação, tempestiva, dos pagamentos devidos por aqueles atingidos pelo desastre causado pelas chuvas. O Reporter Alberto Passos noticiou que de acordo com os Correios há mais de 100mil correspondências com entrega inviabilizada pela destruição das cidades; a maior parte dessas correspondências são enviadas por bancos, instituições financeiras e concessionárias do Estado, cobranças que não chegarão ao seu destino.

É necessária a intervenção do Estado, como agente normativo, para planejar meio viável de liquidação dos débitos, determinante para às concessionárias e indicativo para às privadas, mediante acordo entre os dirigentes das empresas, membros da CDC e do MP/PE.



As cidades afetadas pelo desastre das enchentes que precisam da assistência do Estado para que os indivíduos de suas populações se mantenham adimplentes, com os compromissos financeiros individuais, prejudicados por fato de força maior estão elencadas abaixo:

12 municípios em Estado de Calamidade Pública

Água Preta, Barra de Guabiraba, Barreiros, Catende, Correntes, Cortês, Jaqueira, Mararial, Palmares, Primavera, São Benedito do Sul e Vitória de Santo Antão.

27 municípios Em Situação de Emergência

Agrestina, Altinho, Amaraji, Belém de Maria, Bezerras, Bom Conselho, Bonito, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Chã Grande, Escada, Gameleira, Gravatá, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Joaquim Nabuco, Moreno, Nazaré da Mata, Palmeirina, Pombos, Quipapá, Ribeirão, São Joaquim do Monte, Sirinhaém, Tamandaré, Vicência e Xexéu.

28 municípios outros municípios afetados

Abreu e Lima, Aliança, Angelim, Araçoiaba, Brejão, Belo Jardim, Cachoeirinha, Canhotinho, Iati, Ibirajuba, Igarassu, Itamaracá, João Alfredo, Jurema, Lagoa dos Gatos, Limoeiro, Olinda, Passira, Paudalho, Paulista, Recife, Rio Formoso, Panelas, Salgadinho, São João, São Lourenço da Mata, São Vicente Férrer e Terezinha.

Que sejam convidados para integrar o grupo de trabalho: O Ministério Público de Pernambuco, o Banco Central, o Ministério da Fazenda, A Febraban, a ANEEL, a ANATEL e a CELPE.

Termos em que peço deferimento,

Sala das Comissões,

de 2010


Ana Arraes
Deputada Federal